

Celestino Roque Secco, secretário de Administração de Santa Catarina, é reeleito para mais um mandato como presidente do Conselho Nacional dos Secretários de Administração (CONSAD).

Página 3

Informativo do Conselho Nacional de Secretários de Estado de Administração

A carta de Porto Alegre

Projetos para 2002



O Conselho Nacional de Secretários de Administração – CONSAD, em seu XLIV Fórum, realizado nos dias 29 e 30 de novembro de 2001, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, abordou relevantes temas relacionados às gestões públicas estaduais. Entre os pontos discutidos e consolidados na Carta de Porto Alegre consta a posição dos secretários de reitar

ao Governo Federal que amplie as exclusões da base de cálculo da receita utilizada para fins de pagamento da dívida com a União, destinando os seus resultados para os fundos estaduais de previdência. É manifestado também enorme interesse dos Estados no sentido de que o Congresso Nacional apresse a

tramitação e aprovação dos projetos de lei relativos à regulamentação da previdência complementar no serviço público. Os secretários reafirmam o papel fundamental dos servidores públicos

no desenvolvimento das políticas e ações dos Estados, reiterando a disposição de instituir mecanismos e processos de valorizá-los.

Página 3

Consolidar o **Centro de Informação e Referência em Administração Pública - CIRAP** é um dos projetos do CONSAD para 2002. Entre as atividades do centro estão a elaboração de projetos de cooperação técnica e financeira e identificação de fontes de financiamento. A execução desse projeto está a cargo das secretarias de Gestão Administrativa do Distrito Federal e de Administração do Rio de Janeiro. Também está prevista a realização do **I Seminário sobre a Modernização do Estado e da Administração Pública**, com o objetivo de provocar a sociedade, as lideranças políticas e administrativas a promoverem uma reflexão conjunta sobre as tendências da nova Administração Pública no Brasil. O CONSAD pretende ainda realizar o **I Curso de Especialista em Administração Pública, à Distância**.

Página 8

A Previdência dos Servidores Públicos

O diretor do Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público do Ministério de Previdência e Assistência Social (MPAS), Delúbio Gomes Pereira Silva, observa, em artigo de sua autoria, que o MPAS, que vem atuando desde 1998 como parceiro dos Estados e Municípios na reformulação dos respectivos sistemas previdenciários, dará todo o auxílio técnico para o sucesso desta ação. O secretário do Governo e Gestão Estratégica de São Paulo, Antônio Angarita; e a secretária de Administração do Tocantins, Zenaide Noleto, falam das experiências de seus Estados na área previdenciária. **Páginas 6 e 7**

Nesta edição

Ética na Administração Pública

Página 5

Relatório da Gestão 2000/2001

Página 7





Como era de se esperar o assunto *Previdência* tem sido destacado em diversos fóruns do CONSAD pela importância que o mesmo representa para os trabalhadores em geral e particularmente para os Regimes Próprios de Previdência Estadual, envolvendo todos os servidores públicos. Daí a relevância que este assunto tem assumido nos fóruns de administração, onde a experiência de alguns e as propostas de outros têm sido de grande valia para o enfrentamento do problema em questão.

João Salgado de Carvalho Filho, secretário de Administração de Sergipe

Os encontros do CONSAD são de grande importância, pois permitem a discussão de políticas para o funcionalismo público e a troca de bons resultados na gestão pública. Muitos gestores não estão preparados para se relacionar com os funcionários públicos. Quando assumi a pasta, em janeiro, não encontrei, por exemplo, registros de negociações salariais anteriores.

Marco Maia, secretário de Administração e dos Recursos Humanos do Rio Grande do Sul.



Editorial

A serviço do Brasil

A troca de experiência e a busca constante de soluções criativas para o aperfeiçoamento da gestão pública em prol do cidadão são pontos básicos das agendas dos Fóruns de Secretários de Administração. A cada encontro torna-se mais visível seu papel, de contribuir efetivamente para a transformação e modernização da Administração Pública para que esteja, de fato, a serviço da sociedade.

Dinâmicos por natureza e de suma importância no contexto democrático, quando se discute de forma mais ampla o papel do Estado em toda a sua abrangência, os Fóruns de Secretários de Administração ganham relevância no cenário nacional, sobretudo porque apontam para um novo modelo de gestão governamental, pautado pela ética, controle dos

gastos públicos, responsabilidade social e política, observando princípios humanistas, de valorização e zelo dos bens públicos materiais e dos servidores em geral.

A criação do CONSAD – Conselho Nacional de Secretários de Administração, no ano passado, órgão permanente de coordenação e articulação dos interesses comuns das Secretarias de Administração, veio consolidar esse trabalho. Sua finalidade é propor políticas públicas no âmbito de atuação das Secretarias de Administração e órgãos correlatos; participar da formulação e implementação das políticas nacionais de administração pública e interagir com todos os segmentos da sociedade, com vistas à construção de relações sociais mais justas e igualitárias, no contexto de uma ordem democrática.

É consenso que a situação enfrentada hoje pelos Estados é decorrente de distor-

ções administrativas ocorridas ao longo dos últimos anos, que configuram em determinados segmentos em todos os poderes, em detrimento de outros. A situação previdenciária do país e em particular dos Estados é, dos temas de grande relevância, aquele que mais afeta o equilíbrio das finanças públicas e que poderá inviabilizar a administração dos governos, com sérios prejuízos à população em geral e em particular no tocante aos programas sociais.

É preciso, pois, que o Governo Federal amplie as exclusões da base de cálculo da receita utilizada para fins de pagamento da dívida com a União, destinando os seus resultados para os fundos estaduais de previdência.

Assim, os secretários de Administração do país avançam em suas discussões e propostas, pautadas em um debate franco sobre a necessidade de se implantar mecanismos cada vez mais eficientes de uma gestão pública qualificativa, moderna e ligada aos anseios da comunidade. Este trabalho só vem contribuir para o engrandecimento da Nação Brasileira.

Expediente

O **Jornal do CONSAD** é um informativo do Conselho Nacional de Secretários de Administração

SGON-Área Especial 01, Quadra 01
CEP: 70.610-610 - Brasília - DF
Site: www.consad.org.br

Presidente

Celestino Roque Secco (Santa Catarina)

Vice-Presidente

Maurício Eliseu Costa Romão (Pernambuco)

Colegiado

Evaristo de Luca (Acre), Walter de Oliveira Silva (Alagoas), Raimundo Gomes de Souza (Amapá), Lourenço dos Santos Pereira Braga (Amazonas), Ana Benvidinha Teixeira Lopes (Bahia), Soraila Thomaz Dias Victor (Ceará), Maria Cecília Soares da Silva Landim (Distrito Federal), Edinaldo Loureiro Ferraz (Espírito Santo), Jeovalter Correia Santos (Goiás), Luciano Fernandes Moreira (Maranhão), Fausto de Souza Faria (Mato Grosso), Gilberto Tadeu Vicente (Mato Grosso do Sul), Mauro Santos Ferreira (Minas Gerais), Carlos Jêhô Kayoth (Pará), Antônio Fernandes Neto (Paraíba), Ricardo Augusto Cunha Smijntink

(Paraná), Judas Tadeu Andrade Filho (Piauí), Hugo Leal Melo da Silva (Rio de Janeiro), Jaime Mariz Faria Júnior (Rio Grande do Norte), Marco Aurélio Spall Maia (Rio Grande do Sul), Arnaldo Egídio Branco (Roraima), Diva de Souza Briglia (Roraima), Antônio Angorita (São Paulo), João Salgado (Sergipe), Zenaide Cândido Noleto (Tocantins)

Edição

Maria Félix Fontele (302/03/52 - DRT/GO)
E-mail: impressa@sga.df.gov.br

Nota da redação: este jornal é resultado da iniciativa da Secretaria de Gestão Administrativa da DF, Maria Cecília Landim, com o objetivo de dar maior visibilidade às ações desenvolvidas pelo CONSAD.

Como organismo da administração pública do país, o CONSAD é, na sua realidade, a congregação do que operacionalmente acontece nos Estados. Suas reuniões periódicas são essenciais, considerando a troca de experiência, o surgimento de novas idéias e a busca da adoção de políticas idênticas da Administração Pública, visando a uma linguagem nacional.

Valter Oliveira Silva, secretário de Administração, Recursos Humanos e Patrimônio de Alagoas



Gestão pública em debate

Reunidos em Porto Alegre, de 29 a 30 de novembro, os secretários de Administração do país debateram diversos temas relacionados à busca de soluções para um melhor gerenciamento do Estado

O presidente do **Conselho Nacional de Administração (CONSAD)**, Celestino Roque Secco, secretário de Administração de Santa Catarina, destacou, na abertura do **XLIV Fórum Nacional de Secretários de Administração**, o papel da ética na Administração Pública (tópicos do discurso na página 5). Ao dar as boas vindas aos congressistas, o secretário de Administração e dos Recursos Hu-

manos do Rio Grande do Sul, Marco Maia, lembrou da necessidade de se promover uma discussão mais ampla sobre o papel do Estado brasileiro para fazer frente às reivindicações da população. O secretário do Rio Grande do Sul falou também sobre as relações do Governo com o funcionalismo público.

Durante os dois dias do encontro, os secretários discutiram temas como previdência pública, tetos salariais, gastos com pessoal, negociações com entidades de representação dos servidores públicos, valorização dos servidores, legislação federal, entre outros. Ao final, eles divulgaram a Carta de Porto Alegre.

Celestino Roque Secco é reeleito presidente do CONSAD



Ao final do fórum, em Porto Alegre, seus participantes reelegeram Celestino Roque Secco, secretário de Administração de Santa Catarina, para mais um mandato como presidente do Conselho Nacional dos Secretários de Administração; e Maurício Eliseu Costa Romão, secretário de Pernambuco, para a vice-presidência. Os reeleitos vão exercer um ano de mandato. O Fórum de Secretários, a Junta Fiscal e as Comissões compõem os órgãos de deliberação, fiscalização e consulta do CONSAD. A presidência e a vice-presidência constituem os órgãos de execução, com o apoio de um colegiado formado por 25 secretários de Estado de Administração.

A diversidade das realidades brasileiras, a dinâmica das suas transformações nos contextos social, político e econômico verificada na atualidade, são algumas das razões que levaram os secretários de Estado de Administração de todo o País a promoverem encontros periódicos, onde pudessem trocar experiências e buscar soluções para o aperfeiçoamento de suas gestões.

Após o trigésimo nono encontro, e comprovada a sua utilidade e importância, os secretários decidiram institucionalizar o fórum, quando deram-lhe personalidade jurídica e força política. Assim, no dia 16 de novembro de 2000, durante o XL Fórum realizado em Maceió (AL), foi criado o Conselho Nacional de Secretários de Administração (CONSAD).

Carta de Porto Alegre

O Conselho Nacional de Secretários de Administração – CONSAD, em seu XLIV Fórum, realizado nos dias 29 e 30 de novembro de 2001, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, abordando relevantes temas relacionados às gestões públicas estaduais, ponderou destacar o seguinte:

a) Reiterar a posição manifestada na Carta do Recife de que o Governo Federal amplie as exclusões da base de cálculo da receita utilizada para fins de pagamento da dívida com a União, destinando os seus resultados para os fundos estaduais de previdência;

b) Manifestar, mais uma vez, enorme interesse dos Estados em que o Congresso Nacional apresse a tramitação e aprovação dos projetos de lei relativos à regulamentação da previdência complementar no serviço público;

c) Conclamar os congressistas, para que, urgentemente, concluam a discussão

sobre a contribuição previdenciária dos inativos e pensionistas;

d) Reiterar a premente necessidade de que os Poderes da União retomem as discussões sobre a fixação dos tetos salariais;

e) Reafirmar o papel fundamental dos servidores públicos no desenvolvimento das políticas e ações dos Estados e do poder público, reiterando a disposição de instituir mecanismos e processos de valorizá-los;

f) Insistir no pronto estabelecimento de canal de interlocução do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão com o CONSAD;

g) Que se dê celeridade à revisão da legislação federal sobre a aquisição de bens e serviços pela administração pública.

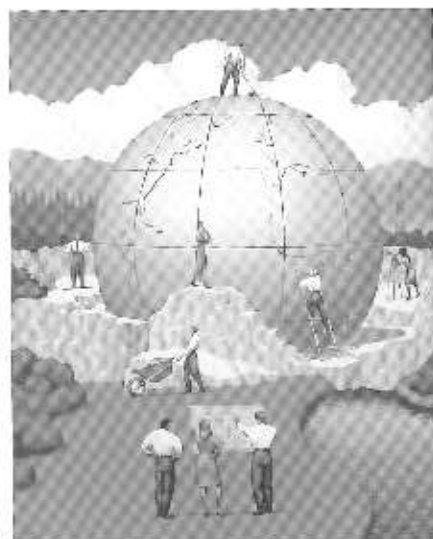
O CONSAD aproveita a oportunidade deste Fórum para manifestar, por unanimidade de seus membros, que o imperativo da Ética é uma exigência de toda a atividade humana, em especial na gestão pública.



A criação do CONSAD veio consolidar e dinamizar mais ainda os encontros periódicos dos secretários de Estado de Administração, que se transformaram num grande espaço democrático, de amplos debates direcionados para a melhoria da gestão pública no país. O objetivo maior é a elevação do padrão de qualidade dos serviços prestados aos cidadãos brasileiros.

Maria Cecília Landim, secretária de Gestão Administrativa do Distrito Federal

Debates ampliam a agenda do fórum



O Encontro Nacional de Gestores Patrimoniais e o VII Encontro Nacional de Gestão de Pessoas compuseram a ampla agenda de debate do XLIV Fórum Nacional de Secretários de Administração, com a reunião de técnicos das respectivas áreas

Gestão patrimonial

Os gestores patrimoniais, com o apoio dos secretários, abordaram os seguintes assuntos: Patrimônio Imobiliário (Receita Patrimonial, Lei de Responsabilidade Fiscal, Gestão Patrimonial), Sistema de Gestão e Controle de Frota de Veículos, Módulo de Abastecimento (troca de experiências na utilização do controle por cartão magnético fornecido pela empresa Rodoticket). Nas sugestões apresentadas aos secretários constam:

- propor aos Estados e ao Distrito Federal disponibilizarem, gratuitamente, entre si, os aplicativos por eles desenvolvidos;

- intensificar o intercâmbio de informações sobre as legislações e as minutas de instrumentos administrativos e jurídicos utilizados na gestão patrimonial;

- propor a flexibilização da legislação federal, de alcance nacional, relativa a licitações para alienação de imóveis;

- propor criação de linhas de financiamento da Caixa Econômica Federal para aquisição, pelos respectivos ocupantes ou outros interessados, de imóveis destinados à capitalização de fundos de previdências públicas;

- apresentar a proposta relativa ao PARSEP.

Gestão de pessoas

Os gestores de pessoas concentraram-se em dois temas básicos: *Consolidação do diagnóstico geral em Recursos Humanos nos Estados e Apresentação de experiências inovadoras relativas ao diagnóstico dos Estados*. Nas sugestões apresentadas aos secretários constam:

- propor a ampliação do espaço na agenda dos encontros para a troca de experiências e discussão de assuntos comuns a todos os Estados;

- propor a formação do banco de dados, em convênio com o CIRAP/CONSAD, detalhando as faixas salariais, por área.

- propor formação do Grupo de Trabalho de Avaliação de Desempenho e Sistema de Carreiras e Gestão (ainda que inconclusos, os resultados parciais já contribuem para o entendimento, abrangência e aplicação);

- propor o aperfeiçoamento do processo de integração entre as Secretarias-membro, possibilitando agilizar a busca de informações e subsídios para a elaboração de trabalhos técnicos;

- elaborar o diagnóstico da situação atual e tendências da administração de recursos humanos nos governos estaduais (alguns Estados já contribuíram com as informações).

O papel dos comunicadores

Paralelo ao XLIV Fórum Nacional de Secretários de Administração, ocorreu o I Encontro Nacional de Assessores de Comunicação das Secretarias de Administração. Jornalistas, relações públicas e publicitários assistiram à palestra do professor universitário Vitor Necchi, que abordou o tema *Assessor de Imprensa é jornalista?* Também participaram do debate *Os Desafios da Comunicação Integrada*, com coordenadores dos cursos universitários de Propaganda e Publicidade, Relações Públicas e Jornalismo. Os assessores de Comunicação de Porto Alegre, Curitiba, Santa Catarina, Distrito Federal e Goiás debateram ainda as experiências de comunicação de seus Estados. Ao final, encaminharam um documento ao Fórum dos Secretários de Administração.

Quanto ao papel do Assessor de Imprensa houve o consenso de que esse profissional é mais que um jornalista, pois executa papéis que vão além do que prevê a

função. "Ele é, por excelência, um comunicador, com conhecimento em administração empresarial, psicologia, marketing, legislação, contabilidade e outros", destaca o documento.

Os comunicadores sugeriram a criação de uma rede entre as Assessorias de Comunicação visando a troca de dados e experiências padronizadas para os governos federal, estaduais e municipais, mídia e CONSAD. Sugeriram também a criação de um banco de dados com informações sobre a vida funcional dos Estados, a partir da realização de uma pesquisa aplicada pelos assessores de Comunicação. E, ainda, o intercâmbio de experiências voltado para a valorização dos servidores: mural de notícias, informativos internos, festivais de talentos, instituição de prêmios culturais, educacionais e científicos que, em última análise, são projetos que geram fatos positivos e melhoram a imagem das Secretarias de Administração e dos Governos.

Os fóruns nacionais têm contribuído para o fortalecimento da gestão pública, na medida em que se buscam respostas definitivas para os problemas da população. O evento reflete as transformações por que passam os Estados, com a evidente preocupação dos governantes de buscarem iniciativas inovadoras, técnicas e gerenciais as mais próximas possíveis da realidade do país.

Ricardo Augusto Cunha Smijntink, secretário de Administração do Paraná.



Discurso

Ética na administração pública

Celestino Roque Secco*

"A mente que se abre para uma nova idéia, jamais volta ao seu tamanho natural" – Albert Einstein

Há poucos meses, um dirigente sindical criticou, através da seção de cartas do jornal *Diário Catarinense*, uma certa medida administrativa adotada na Secretaria da qual sou o titular em meu Estado. De início, pensei em fazer réplica, sujeitando-me, pois, à possibilidade de tréplica, etc. Mas, depois, decidi não contestar por dois motivos: primeiro, porque se tratava de uma crítica vazia de qualquer conteúdo considerável e, segundo, porque fui "xingado" de maquiavélico. No entanto, ao invés de ofendido, senti-me lisonjeado, porquanto ocorreu-me que Maquiavel foi um pensador admirável nas questões da ética na administração.

Esse episódio inspirou-me para a escolha do tema para esta ocasião, qual seja, a **ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**.

Antes é necessário um parêntese para situar melhor a nossa reflexão.

Nosso mundo está em uma tumultuada agonia, agonia de parto. Isto bem pode ser a desintegração precedente à destruição da nossa cultura. Não há necessidade de relembrar acontecimentos funestos, porquanto eles estão bem vivos em nossa retina, quanto mais em nossa memória. Não podemos dissipar, pois, a possibilidade dessa agonia. Se este é o caso, não há, parece-me, muito o que ser dito. Será uma tarefa para os arqueólogos de um futuro distante diagnosticar a nossa fatal doença.

Por outro lado, o atual caos, o terrorismo, a confusão, o desmoronamento de nações e instituições podem ser as dores de um mundo em trabalho de parto. Existem muitas razões para acreditar que estamos envolvidos nas aflições do nascimento de uma nova era. Se assim for, estamos também envolvidos no processo de nascimento de um novo ser humano, capaz de viver nessa nova era, nesse mundo transformado. É esta possibilidade que

eu gosto de considerar.

É minha convicção que isto se deve a numerosas mudanças de paradigmas que estão ocorrendo simultaneamente. A inevitabilidade destas mudanças tem literalmente abalado as raízes de nosso ser físico, psicológico, econômico e espiritual.

Agora, em várias áreas, estamos diante não de uma, mas de várias mudanças inevitáveis de paradigmas. Dentre as muitas mudanças, atendo-me a apenas uma delas, que é pertinente ao tema da minha reflexão: Nas últimas eleições municipais, a exigência da ética foi um dos principais fatores que orientaram o voto do eleitorado. Foi sob a pressão da exigência da ética na vida pública e na vida social que se instalaram inúmeras CPI's. No livro *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda analisa como, na formação social do Brasil, esteve ausente a ética e as consequências que isso proporcionou ao nosso desenvolvimento moral e cívico. Prevaleceu, na nossa formação histórica, a cultura do aventureiro ou do caçador, o que implica aquela atitude de querer "colher o fruto sem plantar a árvore". Vários comportamentos negativos derivam dessa atitude fundamental perante a vida: o oportunismo profissional, a pretensão de subir na vida sem esforço, o famoso "jeitinho brasileiro", a indolência, a sonegação, a corrupção, a não-observância de normas de convívio social, o desrespeito ao consumidor, a fraude nos negócios, as atitudes anti-solidárias.

A incidência nociva dessa cultura predatória, torna-se maior no momento em que, no mundo todo, uma ideologia egocêntrica e uma globalização perversa potencializam um ultra-individualismo, a fragmentação da autoridade, a diluição das normas e regras sociais e a valorização absoluta do dinheiro como um fim em si mesmo. Resumindo, a corrosão da ética em todas as atividades.

A ética é um tema que acompanha a humanidade desde quando o primeiro homem apareceu neste planeta, pois diz respeito às

relações entre as pessoas com o objetivo de estabelecer princípios do agir humano.

Interessar-se pela ética, nestes tempos, é uma atitude preliminarmente racional, pois certamente significará a sobrevivência da espécie humana a longo prazo. A ética deve ser o desafio de uma nova sociedade, na busca da construção de um agir correto, respeitando-se a cada um e beneficiando-se a todos. Devemos ser éticos não por medo da lei ou da norma, do pecado ou do inferno, mas por almejar uma vida melhor e de qualidade, para nós, a nossa família e a sociedade.

No entanto, o Brasil é um país sem tradição ética. A história política destes 500 anos de idade demonstra esta assertiva. Desejou-se construir um grande país nesta última metade do século e é verdadeiro que construímos grandezas e chegamos à oitava potência econômica do mundo ocidental. Mas construímos, também, miséria, fome e a falência ou inoperância de instituições como a Justiça, o aparelho policial e uma série de serviços próprios do Estado.

De outro lado, é preciso que se harmonize o controle da inflação e a adequação dos orçamentos fiscais com a solução, ou ao menos a contenção, das mazelas sociais.

Entendo que a questão é mais ética do que econômica. Hoje, estamos a caminho de nos tornarmos efetivamente uma nação, mas na medida em que abraçamos uma proposta concreta que signifique uma matriz ética para todos os brasileiros. Todas as torpezas, todas as traficâncias, maneios de que os homens lançam mão para ofenderem-se reciprocamente, na honra e na propriedade, devem ser liquidadas no foro da ética. E foi ao homem público a quem a sociedade deu a incumbência de lavar esta roupa suja e apresentá-la limpa aos olhos do mundo (Resumo de seu discurso proferido na abertura do Fórum de Porto Alegre).

*Celestino Roque Secco é presidente do CONSAD.



O CONSAD se afirma como o espaço por excelência para a discussão de problemas comuns a todas as secretarias estaduais de Administração. Isso significou claro no fórum de Porto Alegre. Hoje se dá, no âmbito do conselho, um profícuo debate nacional em torno da mudança de paradigma no setor público, que evolui para práticas de gestão empreendedora para tornar-se mais ágil e flexível, e assim oferecer sempre o melhor serviço ao cidadão.

Ana Benvinda Teixeira Lage, secretária de Administração da Bahia

Previdência dos Servidores Públicos

O desafio da compensação previdenciária

Delúbio Gomes Pereira Silva*

Em nosso país existe a garantia de mobilidade dos trabalhadores no mercado de trabalho do setor público para o privado, bem como do privado para o público, sem prejuízo para a contagem recíproca do tempo de contribuição (até a promulgação da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, era tempo de serviço) para fins de aposentadoria, conforme previsto no art. 201, § 9º, da Constituição Federal, *in verbis*:

"Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos regimes de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei."

O direito à utilização do tempo de

serviço ou de contribuição de diversos regimes de previdência social para fins de aposentadoria já possuía previsão legal desde 1980, em face da Lei nº 6.894, de 1º de dezembro de 1980. Contudo, a previsão de os regimes de previdência social se compensarem financeiramente veio somente com a Constituição Federal de 1988.

Ocorre que, conforme disposto no texto constitucional, era necessária a aprovação de lei que regulamentasse a matéria. Nesse sentido, tramitou por um longo período, no Congresso Nacional, o projeto de lei de autoria do Deputado Haully, o qual somente veio a ser aprovado em maio de 1999, depois de uma ampla negociação entre o Governo Federal e os Estados. Mesmo assim, somente foi regulamentada a compensação entre o INSS e os regimes próprios dos Estados e Municípios, ficando à margem a compensação entre os respectivos regimes próprios de previdência.

A partir deste momento, o Ministério da Previdência e Assistência Social e o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

empreenderam um enorme esforço para a operacionalização da compensação previdenciária. Cabe destacar a complexidade desta ação em razão do grande número de entes públicos envolvidos (27 Estados e aproximadamente 3 mil municípios com regimes próprios de previdência social). Deste processo resultou o Sistema de Compensação Previdenciária - COMPREV, um sistema informatizado via internet que utiliza avanços tecnológicos.

Nota-se como é grande o desafio, para os entes públicos, da operacionalização da compensação previdenciária entre os regimes próprios de previdência. Nesse sentido, o Ministério da Previdência e Assistência Social, que vem atuando desde 1998 como parceiro dos Estados e Municípios na reformulação dos respectivos sistemas previdenciários, dará todo o auxílio técnico para o sucesso desta ação.

***Diretor do Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público do Ministério de Previdência e Assistência Social - MPAS**

Novos rumos no Tocantins

Zenayde Cândido Nolêto*

Criado pela Constituição Federal de 1988, o Estado do Tocantins defrontou-se, de imediato, com o problema previdenciário relacionado aos antigos servidores, remanescentes de Goiás, que passaram a integrar o contingente de servidores do novo Estado.

O déficit orçamentário e financeiro dos entes públicos, à época, e a ausência de regras claras que viabilizassem o desejado equilíbrio financeiro e atuarial, truncavam quaisquer perspectivas quanto à garantia dos benefícios devidos aos servidores aposentados e aos pensionistas cartorários.

Ressentia-se o novo Estado de uma re-



lação confiável, entre as despesas com os benefícios e as fontes de custeio, que lhe assegurasse o cumprimento dessas obrigações. Com as novas regras, fez-se possível e de modo acelerado, a reforma da previdência dos servidores públicos efetivos e militares do Estado do Tocantins, com a definição dos planos de custeio e benefícios do Regime. Esse processo de adequação, iniciado em 1998, se encontra, atualmente, consolidado com a re-

cente aprovação da Lei 1246, de 6 de setembro de 2001.

O Instituto de Previdência do Estado do Tocantins, criado pela Lei nº 72, de 31.07.89, de natureza autárquica, se encontra vinculado à esta Secretaria, e sua reestruturação atual decorre da supramencionada lei, que reorganizou o Regime Próprio de Previdência Estadual.

Ao assinar, em março deste ano, convênio com o Banco do Brasil, visando assegurar maior rentabilidade aos recursos do Instituto de Previdência do Estado do Tocantins, o Governador Siqueira Campos deu grande impulso à Previdência Estadual, ampliando e fortalecendo os benefícios destinados aos servidores do Estado.

***Secretária de Administração do Estado do Tocantins desde 1996.**

O CONSAD é um órgão fundamental dentro do processo de modernização da administração pública. Constitui-se num fórum onde são debatidos temas atuais, como reestruturação e modernização do Estado, reforma, ajuste fiscal, fundos de previdência e valorização dos servidores. Ressalte-se a significação de se trabalhar com exemplos e experiências implantadas, o que representa grandes ganhos.

Jaime Mariz de Faria Júnior, secretário de Administração e dos Recursos Humanos do Rio Grande do Norte.

A situação em São Paulo

Antônio Angarita*

Há dois anos, uma proposta de Reforma da Previdência do Estado de São Paulo, traduzida pelo Projeto de Lei 11/99, foi enviada à Assembleia



Legislativa. Nele, está prevista a contribuição de ativos, inativos e pensionistas, em alíquotas definidas em função de estudos atuariais. Foi uma solução pioneira, respeitando os direitos adquiridos do funcionalismo e justa com a sociedade paulista que paga impostos e exige o Estado bem administrado. A tramitação, no entanto, foi paralisada pela decisão do Supremo Tribunal Federal, contrária à cobrança da contribuição previdenciária dos inativos.

O Estado de São Paulo continua com a situação previdenciária desequilibrada. O número de inativos entre dezembro de 1994 a dezembro de 2000 aumentou em cerca de 16% e o número de funcionários ativos diminuiu em aproximadamente 21%. Assim, para equilibrar o déficit previdenciário do Estado seria necessário aumentar a alíquota dos servidores ativos, hoje de 6% para 38% - fato totalmente inviável. A cobrança dos inativos, por outro lado, depende de emenda constitucional.

Resta enfatizar, a importância de encontros periódicos, que discutam e reatrem as distintas opções políticas e jurídicas adotadas pelas unidades federativas, na estruturação dos regimes previdenciários, em bases contributivas e com critérios que assegurem o equilíbrio financeiro e atuarial, sem descuidar dos compromissos de responsabilidade social.

* Secretário do Governo e Gestão Estratégica de São Paulo

Relatório da Gestão 2000/2001

Senhores Secretários de Estado, membros do Colegiado do CONSAD,

Cumprindo o dever prescrito na alínea V do Art. 10º dos Estatutos do CONSAD, apresento a Vossas Excelências a prestação de contas das ações realizadas na gestão em foco. E o faço com grande satisfação pessoal porque, ao concluir este primeiro mandato, considero superada a fase de consolidação do nosso Conselho.

As reuniões quase informais que caracterizaram os Fóruns que precederam ao de Maceió (AL), em novembro de 2000, demonstraram quão proveitosos foram tais encontros, em que os Secretários de Estado, responsáveis pelas administrações estaduais, realizaram rica troca de experiências, em ambiente de intenso trabalho, sempre harmônico e de espírito consensual, reafirmando-se, em cada ocasião, a importância de se constituir este Colegiado.

Restava, pois, institucionalizar o Fórum, sob a forma de Conselho, com estatutos próprios, visando consolidá-lo e torná-lo mais visível para todos os brasileiros.

Estava criado o CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE ADMINISTRAÇÃO - CONSAD, durante o Fórum de Maceió, em 17 de novembro de 2000.

Ações realizadas

● Registro dos estatutos do CONSAD, no primeiro Ofício de Registro de Pessoas Jurídicas - Cartório Marcelo Ribas, Brasília (DF), sob o nº 0005770, do livro A-11, em 03 de janeiro de 2001.

● Inscrição no Conselho Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ nº 04.233.454/0001-63

● Emissão da "Carta de Maceió"
● Realização do XLI Fórum, em Belo Horizonte (MG), nos dias 15 e 16 de março de 2001, no qual se destacaram as seguintes deliberações:

Instalação da Comissão Permanente para a criação do Centro de Referência em Administração Pública - CIRAP/CONSAD;

Criação da Comissão de Recursos Humanos (Gestão de Pessoas).

● Emissão da "Carta de Belo Horizonte"

● Realização do XLII Fórum, em Recife (PE), nos dias 08 e 09 de junho de 2001.

● Realização do XLIII Fórum, na cidade do Rio de Janeiro (RJ), nos dias 20 e 21 de setembro de 2001

● Apresentação dos Resultados do Grupo de Trabalho de Recursos Humanos (Gestão de Pessoas)

● Resultados do Grupo de Trabalho de Gestão Patrimonial

● Instalação da Sede do CONSAD, em Brasília (DF):

No dia 31 de outubro de 2001, inaugurou-se a sede do CONSAD em Brasília (DF), com o endereço SGON - Área Especial nº 1, quadra 1 - CEP 70.610-610, em dependências cedidas pela Escola de Governo do Distrito Federal, numa especial deferência da Excelentíssima Senhora Secretária Maria Cecília Soares da Silva Landim. A inauguração foi expressivamente prestigiada por muitos membros do CONSAD.

Celestino Roque Secco
Presidente do CONSAD

Balanco financeiro gestão 2000/2001

Receita (R\$)
Recebemos de Anuidades em 2001
(19 Secretarias contribuíram) 56.992,00

Despesa (R\$)
- Despesas bancárias (débito em conta)..... 304,80
- Despesas realizadas, conforme comprovantes arquivados..... 15.527,92

Saldo disponível 41.159,28
(em conta-corrente: Caixa Econômica Federal
conta nº 03000850-0, Agência 1078-2)



A questão da previdência pública tem ocupado largamente as preocupações do governo do Maranhão ao longo dos mandatos da Governadora Roseana Sarney. Hoje, a Previdência Social do Estado é constituída pelo Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria – FEPA, com competência para custear os benefícios previdenciários. Entendo, portanto, que esse tema deva sempre merecer espaço nas reuniões do Fórum de Secretários.

Luciano Fernandes Moreira, secretário de Administração e Modernização do Maranhão.

O apoio do Conselho Nacional de Secretários de Administração (CONSAD), como órgão permanente de coordenação e articulação dos interesses comuns das Secretarias de Estado, tem contribuído sobremaneira para a melhoria da qualidade e gestão da administração pública. Além disso, a participação no conselho nos possibilita a interação com todos os segmentos da sociedade política e civil, fazendo com que participemos do processo de construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Soraia Victor, secretária de Administração do Ceará



Implantar o Centro de Informação e Referência em Administração Pública - CIRAP

Objetivo: Gerenciamento, tratamento e disponibilização de informações sobre Administração Pública.

Atividades:

- Fazer um ponto da Situação das ações realizadas.
- Elaborar projeto de cooperação técnica e financeira.
- Identificar fontes de financiamento.
- Negociar e aprovar projeto de implantação do CIRAP.

Execução: Secretaria de Gestão Administrativa do DF
Secretaria de Administração do Estado do Rio de Janeiro

Apoio: ONU/DESA

Contribuição inicial do CONSAD: R\$ 10.000,00

Equipe: José Roberto A. Coutinho(SARE) e Edson Tamatsu(DF)

Promover I Curso de Especialista em Administração Pública, à Distância

Objetivo: Formação de um corpo de especialistas, com representantes de cada Estado para, sob a Coordenação do CIRAP, prestar Assessoria aos Estados.

Atividades:

- Elaborar programa do curso, visando ministrá-lo por meio virtual;
- Definir os professores;
- Divulgar o curso;
- Selecionar os candidatos;
- Realizar o curso.

Recursos: Autofinanciáveis

Realização: CONSAD/ONU/Universidade do Estado de Santa Catarina

Equipe: Francisco Amorim e UDESC

Editar a revista "Perfil da Administração Pública dos Estados"

Objetivo: Divulgar o Perfil das Secretarias de Estado de Administração de todos os Estados, incluindo estruturas organizacionais, dados estatísticos e ações em execução de cada Secretaria.

Atividades:

- Realizar levantamento de dados relativos à administração pública dos Estados Brasileiros;
 - Proceder à análise dos dados;
 - Elaborar as matérias a serem publicadas;
 - Revisar e publicar a revista que terá edição trimestral.
- Publicação:** CONSAD

Apoio: Secretaria de Estado de Santa Catarina (IOESC) e Instituto Brasileiro de Administração Pública (IBAP)

Recursos: Autofinanciáveis com publicidade e contribuição inicial do CONSAD, através da Imprensa Oficial do Estado (primeiros números).

Equipe: Francisco Amorim (ONU e IBAP) e Gaspar Borges (SEA-SC)

Promover o I Seminário sobre a Modernização do Estado e da Administração Pública.

Objetivo: Provocar a sociedade, as lideranças políticas e administrativas e os especialistas a promoverem uma reflexão conjunta sobre as tendências da nova Administração Pública no Brasil.

Atividades:

- Discutir e aprovar os temas;
- Elaborar Termos de Referência;
- Definir os conferencistas;
- Definir fontes de financiamento;
- Realizar o seminário;
- Publicar recomendações.

Local: Brasília

Data : junho 2002

Recursos: Autofinanciáveis

Realização: CONSAD /ONU/DESA

Apoio: BID

Equipe: Francisco Amorim (ONU e IBAP) e Gaspar R.G.Borges (SEA-SC)

Orçamento do comprometimento do CONSAD, relativo ao Plano de Trabalho 2001/2002

Receita (R\$)

Saldo em conta corrente	41.159,28
Previsão de Receita p/ o exercício 2001/ 2002, com as anuidades das Secretarias-membro do CONSAD (R\$ 5.000,00(1) x27)	135.000,00
	176.159,28

Despesa (R\$)

Contribuição do CONSAD para a implantação do CIRAP	20.000,00
Custeio de Missões Técnicas	50.000,00
Apoio aos Estados/Secretarias anfitriãs dos Fóruns/CONSAD	40.000,00
Publicações	12.000,00

Manutenção da sede, em Brasília:

Material de expediente	2.400,00
Correio.....	1.200,00
Conservação da sede	5.000,00
Secretária(salário+encargos).....	14.000,00
Eventuais	5.000,00
	27.600,00
Superavit (R\$)	26.559,28

(1) Se o Conselho aprovar a nova anuidade no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).